



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Economia e Relações Internacionais
 Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4327 - <http://www.ie.ufu.br/> - ie@ufu.br



PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	Economia do Setor Público.									
Unidade Ofertante:	IERIUFG									
Código:	IEUFU41071		Período/Série:		7o.		Turma:		N	
Carga Horária:						Natureza:				
Teórica:	60	Prática:	---	Total:	60	Obrigatória:	(X)		Optativa:	()
Professor(A):	Mestre Vitorino Alves da Silva.					Ano/Semestre:		2021/2		
Observações:										

2. EMENTA

O papel do Estado nas economias capitalistas: uma abordagem introdutória. O caso do Brasil. O orçamento público. Finanças públicas: tributação e dívida pública. Dívida pública, déficit e crise fiscal. Reformas em processo. O sistema federativo brasileiro.

3. JUSTIFICATIVA

A Disciplina de Economia do Setor Público é fundamental para a formação dos Alunos no curso de Graduação em Ciências Econômicas, haja vista que aborda a base teórica, conceitos subjacentes e sua aplicação empírica relativamente ao papel desempenhado pelo Estado na economia, com ênfase no caso brasileiro.

4. OBJETIVO

Objetivo Geral:

O objetivo da disciplina é fornecer ao Aluno os conhecimentos essenciais para a compreensão e análise, via uma abordagem introdutória, da discussão do papel regulador do Estado e do gasto público na economia contemporânea, com ênfase para as especificidades da experiência brasileira. Neste âmbito, avançará para o conhecimento dos instrumentos básicos de financiamento do Estado: a tributação e a dívida pública, ao lado das estruturas de administração e gestão das receitas e despesas (sistema orçamentário). Ademais, abordará a crise fiscal e o déficit público, bem como o processo recente de reformas em curso no Estado brasileiro, além das questões federativas, elementos centrais em qualquer debate econômico atual.

Objetivos Específicos:

5. PROGRAMA

1. O PAPEL DO ESTADO NAS ECONOMIAS CAPITALISTAS: UMA ABORDAGEM INTRODUTÓRIA. O CASO DO BRASIL.

- As “contas públicas”. Evolução da relação Estado - Mercado. Globalização, financeirização e o Estado em transformação

- O caso do Brasil: alguns apontamentos. Evolução da intervenção estatal. Formas de financiamento. O gasto público e as políticas sociais

- A discussão acerca do papel do Estado: 1. o tratamento tradicional das finanças públicas; 2. a crise econômica mundial recente (2008-09) e sua evolução contemporânea; 3. a crise sanitária e econômica (2020-22).

2. O SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO

- Evolução do federalismo brasileiro
- O federalismo na Constituição de 1988
- Federação, partilha de recursos tributários e diversidades regionais
- Compartilhamento de recursos e políticas sociais
- Multiplicidade nas relações federativas: conflito distributivo e “guerra” fiscal.

3. POLÍTICA FISCAL (ORÇAMENTO PÚBLICO)

- Evolução histórica e conceitual do orçamento público (orçamento tradicional x orçamento moderno)
- Os princípios orçamentários. A classificação orçamentária. O ciclo orçamentário: elaboração, discussão & aprovação, execução e prestação de contas
- A evolução do processo orçamentário brasileiro (1964-2022)
- Constituição de 1988, crise e reformas orçamentárias: planejamento x ajuste fiscal
- O orçamento do Estado de Minas Gerais. O orçamento do Município de Uberlândia (MG). O orçamento da UFU (MEC)
- Política fiscal: a visão convencional. Por uma outra política fiscal?

4. FINANÇAS PÚBLICAS E TRIBUTAÇÃO NO BRASIL

- Evolução e determinantes da tributação
- Tributação: conceitos fundamentais. Princípios da tributação. Classificação tributária
- Breve evolução da estrutura tributária brasileira (1930-64)
- A reforma tributária de 1966: singularidade, auge e esgotamento
- A reforma do sistema tributário na Constituição de 1988
- As mudanças posteriores na estrutura tributária: nova reforma tributária?
- “Carga” fiscal e sua incidência: estímulos e desestímulos
- Por uma “outra” reforma tributária (2020/2022)?

5. DÍVIDA PÚBLICA, DÉFICIT E CRISE FISCAL. REFORMAS EM PROCESSO

- Dívida pública: determinantes e evolução
- Déficit público: conceitos e mensuração
- Desequilíbrio financeiro do setor público: o colapso do padrão de financiamento estatal
- Política fiscal: crise fiscal, reformas em processo no Estado, plurimetras fiscais.

6. METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida presencialmente, em sala de aula, nos dias e horários conforme quadro de horários do Curso de Ciências Econômicas e de acordo com o calendário acadêmico de graduação para o Semestre Letivo 2021/2. Recursos didáticos: aulas expositivas, quadro e giz e data show.

É obrigatória a leitura dos textos selecionados e a participação nas Atividades elencadas.

A bibliografia está indicada no Plano de Ensino.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação envolverá a aplicação de duas provas dissertativas individuais, sem consulta, após, respectivamente, as unidades 2 (35 pontos) e 4 (35 pontos). Além disso, atividades de fichamento, debates, resolução de lista de questões e/ou trabalhos propostos envolverão os demais 30 (trinta) pontos. Serão avaliados os conteúdos das provas e demais atividades, capacidade de argumentação, de construção de textos, reconhecimento da bibliografia trabalhada na disciplina e, nos casos pertinentes, a forma e qualidade da participação do Aluno em sala de aula. Será considerado aprovado no componente curricular o Aluno que obtiver, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e 60 (sessenta) pontos de aproveitamento.

Prova substitutiva será aplicada para Alunos que se ausentarem das provas regulares e apresentarem justificativa formal no Atendimento aos Alunos com aprovação pela Coordenação de Curso. A prova será aplicada ao final do calendário acadêmico, após a realização de todas as atividades avaliativas programadas, em horário a ser combinado com os Alunos.

8. BIBLIOGRAFIA

Básica

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs o setor privado**. São Paulo: Portfolio/Penguin, 2014.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de & Chieza, Rosa Ângela. **Auge e declínio da federação brasileira: 1988-2017**. TD Fenafisco/Anfip 12, Brasília, 2018.

GIAMBIAGI, Fábio & ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, 5ª. edição revista e atualizada (2016).

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. São Paulo: Atlas, 2017, 17ª. edição revista e atualizada.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Economia e política das finanças públicas no Brasil: um guia de leitura**. São Paulo: Hucitec, 2009.

LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. **O papel da política fiscal: um exame da visão convencional**. Campinas: IE/UNICAMP, 2006, TD 119.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **O sistema tributário brasileiro: evolução, distorções e os caminhos da reforma (1891-2017)**. TD Fenafisco/Anfip 02, Brasília, 2017.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **A reforma tributária necessária: uma introdução geral**. TD Fenafisco/Anfip 01, Brasília, 2017.

GOBETTI, Sérgio Wulff & ORAIR, Rodrigo Octávio. **Progressividade Tributária: a agenda negligenciada**. TD 2190, IPEA, Rio de Janeiro, 2016.

LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. Dívida pública: o limiar de mudanças? In **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

BRASIL. **Lei no. 4.320 de 17 de março de 1964**. Versão atualizada.

BRASIL. **Lei no. 5.172 de 25 de outubro de 1966** (código tributário nacional). Versão atualizada.

BRASIL. **Constituição, 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Versão atualizada.

BRASIL. **Lei Complementar no. 101 de 04 de maio de 2000**. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (Versão atualizada).

Complementar

AFFONSO, Rui de Brito Álvares & BARROS SILVA, Pedro Luiz (orgs.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento; Reforma tributária e federação; A federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: IESP/FUNDAP, Unesp, 1995. Série Federalismo no Brasil.

ALVES DA SILVA, Vitorino. **Constituição de 1988 e federalismo tributário: impactos sobre as finanças municipais**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1992. Dissertação de mestrado, mimeo.

ALVES PINTO, Márcio Percival & BIASOTO JR, Geraldo (orgs.). **Política fiscal e desenvolvimento no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2006.

ARVATE, Paulo Roberto & BIDERMAN, Ciro (orgs.). **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GARLIPP, José Rubens Damas. Economia desregrada in XAVIER, Clésio Lourenço (org.). **Desenvolvimento desigual**. _ Uberlândia (MG): Ed. Edufu, 2004, p. 9-72.

GIAMBIAGI, Fábio; REIS, José Guilherme & URANI, André (orgs.). **Reformas no Brasil: balanço e agenda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de & TONETO JR., Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2017, 8ª. edição.

IPEA. **Presença do Estado no Brasil**. Brasília: IPEA, Comunicado no. 129, 2012.

IPEA. **Macroeconomia para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego**. Brasília: IPEA, 2010.

LEME, Heládio José de Campos. **O federalismo na Constituição de 1988: representação política e distribuição de recursos tributários**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1991. Dissertação de mestrado, mimeo.

LONGO, Carlos Alberto. **Por um orçamento confiável**. Belém: CEJUP, 1990.

LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. **A política fiscal brasileira: limites e entraves ao crescimento**. Campinas: IE/UNICAMP, 2007, TD 131.

LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. **A situação financeira dos Estados e a reforma tributária**. Campinas: IE/UNICAMP, 2004, TD 115.

MACHADO JÚNIOR, José Teixeira & REIS, Heraldo da Costa. **A Lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris-IBAM, 2019, 36ª. edição.

MUSGRAVE, Richard & MUSGRAVE, Peggy. **Finanças públicas: teoria e prática**. Rio de Janeiro – São Paulo: Campus – Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Crise, reforma e desordem do sistema tributário brasileiro nacional**. Campinas: Unicamp, 1995. Tese de livre docência (1992).

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

PIANCASTELLI, Marcelo & PEROBELLI, Fernando. **ICMS: evolução recente e guerra fiscal**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996, TD 402.

PIRES, Valdemir. **Orçamento participativo: o que é, para que serve, como se faz**. Piracicaba (SP): Edição do Autor, 1999.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio (org). **O sistema tributário na nova Constituição: da crise financeira às perspectivas com o novo sistema**. Brasília: UNB, 1988.

REZENDE, Fernando. Modernização tributária e federalismo fiscal in REZENDE, Fernando & OLIVEIRA, Fabrício Augusto de (orgs.). **Descentralização e federalismo fiscal no Brasil: desafios da reforma tributária**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2003.

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 2001, 2ª. Edição.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2016, 6ª. Edição.

SERRA, José. **Orçamento no Brasil: as raízes da crise**. São Paulo: Atual Editora, 1994.

VARSANO, Ricardo, et al. **Uma análise da carga tributária no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998, TD 583.

VARSANO, Ricardo. **A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde**. Brasília: 1996, mimeo.

SÍTIOS VIRTUAIS: www.ipea.gov.br; www.bndes.gov.br; www.economia.gov.br

www.bancocentral.gov.br; <https://www12.senado.leg.br/ifi>

www.ibpt.org.br; www.sindifisco.org.br

Secretaria de Fazenda (Estado; Município)

Portal da Transparência (União; Estado; Município)

Artigos de revistas, jornais ou periódicos.

9. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/____

Coordenação do Curso de Graduação: _____



Documento assinado eletronicamente por **Vitorino Alves da Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 11/04/2022, às 06:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3512196** e o código CRC **D957DCD6**.

Referência: Processo nº 23117.022031/2022-23

SEI nº 3512196